



**ESTADO DO ACRE
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

**CONCURSO PARA
OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E
DE REGISTRO DO ESTADO DO ACRE
REMOÇÃO**

2012

 FMP

Concursos

Prezado(a) Candidato(a):

Você está recebendo um caderno com a **Prova Objetiva** e uma **Folha de Respostas**. Leia, com a máxima atenção, as instruções abaixo.

Quanto ao **Caderno de Prova**:

O presente caderno contém 100 questões de múltipla escolha.

Confira cuidadosamente o material que lhe foi entregue e verifique se ele está completo e legível. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro Caderno de Prova.

Cada questão oferece QUATRO opções de resposta, representadas pelas letras **A, B, C e D**. Somente uma das opções é correta.

Iniciada a prova, não faça mais perguntas. A interpretação das questões é parte integrante da prova.

Quanto à **Folha de Respostas**:


A Folha de Respostas é personalizada e parte integrante desta prova.

Confira seu nome e número de inscrição. Caso haja alguma incorreção, comunique ao fiscal de sala.

Aponha sua assinatura no local indicado.

O preenchimento correto da Folha de Respostas é da inteira responsabilidade do candidato.

Para cada uma das questões, preencha, obrigatoriamente, na folha de respostas, somente **uma** das opções (**A, B, C** ou **D**).

As respostas das questões na Folha de Respostas devem ser totalmente preenchidas, com caneta azul ou preta, suficientemente pressionada e de acordo com o modelo: 

Qualquer assinalação diferente será passível de anulação.

Não serão consideradas as respostas duplas ou em branco.

Não amasse e não dobre a folha de respostas.

Ao término da prova, entregue sua Folha de Respostas ao fiscal da sala.

O tempo de duração da prova é de **CINCO** horas, incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões e o preenchimento da Folha de Respostas.

O caderno de questões poderá ser levado após **DUAS** horas do início das provas.

Não é permitido qualquer tipo de consulta nem uso de máquina de calcular, telefone celular, *bip*, telefone celular, relógios digitais, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador ou outros equipamentos similares, bem como protetores auriculares, óculos escuros, bonés, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou outros equipamentos eletrônicos.

BOA PROVA!

REGISTROS PÚBLICOS

1 – É correto afirmar que, nas escrituras públicas de inventário e partilha,

- (A) é necessária a presença do advogado assistente, munido de procuração, por instrumento público e com poderes específicos.
- (B) é necessária a presença de advogado para assistir as partes, o qual poderá ser indicado pelo próprio tabelião.
- (C) o advogado poderá cumular a função de assistente e procurador das partes, desde que devidamente nomeado em instrumento público.
- (D) é necessária a presença de advogado para assistir as partes, sendo desnecessária a procuração.

2 - É CORRETO afirmar que os valores dos emolumentos notariais e de registro:

- (A) serão fixados em lei federal.
- (B) deverão corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração e lucratividade dos serviços prestados.
- (C) devem ser cobrados em percentuais aplicados sobre o valor da avaliação judicial ou fiscal.
- (D) não poderão ser fixados por percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.

3 - Segundo o Código Civil brasileiro, qual dos itens abaixo não é de inserção obrigatória em todas as escrituras públicas:

- (A) data e local de sua realização.
- (B) reconhecimento da identidade e capacidade das partes e de quantos hajam comparecido ao ato, por si, como representantes, intervenientes ou testemunhas.
- (C) regime de bens do casamento, nome do outro cônjuge e filiação.
- (D) referência ao cumprimento das exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do ato.

4 - No registro civil das pessoas naturais:

- I - A testemunha para os assentos de registro deve satisfazer às condições exigidas pela lei civil, não sendo admitido o parente, em qualquer grau, do registrado.
- II - Se os declarantes ou as testemunhas não puderem, por qualquer circunstância, assinar, far-se-á declaração no assento, assinando a rogo outra pessoa e tomando-se a impressão dactiloscópica da que não assinar, à margem do assento.
- III – Tendo havido omissão ou erro, de modo que seja necessário fazer adição ou emenda, estas serão feitas antes da assinatura ou ainda em seguida, mas antes de outro assento, sendo a ressalva novamente por todos assinada.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta, considerando as assertivas acima como falsas (F) ou verdadeiras (V).

- (A) V - F - F.
- (B) F - V - V.
- (C) F - V - F.
- (D) Todas são verdadeiras (V).

5 - No livro A do Registro civil das pessoas jurídicas será feito o registro:

- I - das sociedades simples, inclusive as que adotarem a forma de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada-EIRELI.
- II – das fundações, associações e organizações religiosas.
- III – dos atos constitutivos dos jornais e demais publicações periódicas.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Somente a II está correta.
- (B) Somente as alternativas I e III estão corretas.
- (C) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

6 - O Livro nº 3 - Registro Auxiliar - será destinado ao registro dos atos que, sendo atribuídos ao Registro de Imóveis por disposição legal, não digam respeito diretamente a imóvel matriculado. Qual dos atos abaixo não é registrado no Livro 3 – RA?

- (A) As legitimações de posse.
- (B) As convenções de condomínio.
- (C) As convenções antenupciais.
- (D) Os contratos de penhor rural.

7 - O auto de demarcação urbanística a que se refere a Lei 11977 de 2009 será:

- (A) registrado na matrícula do imóvel.
- (B) averbado na matrícula do imóvel.
- (C) matriculado no registro de imóveis.
- (D) anotado na matrícula do imóvel.

8 - Assinale a alternativa correta:

- (A) Não serão cobrados emolumentos pelo registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pelas certidões emitidas pelo registro civil das pessoas naturais.
- (B) Os reconhecidamente pobres estão isentos de pagamento de emolumentos pelas certidões extraídas pelo cartório de registro civil. Neste caso, o estado de pobreza será comprovado por declaração do delegado de polícia.
- (C) Os cartórios de registros públicos deverão afixar, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, quadros contendo tabelas atualizadas das custas e emolumentos, além de informações claras sobre a gratuidade do registro civil de nascimento e do assento de óbito, bem como sobre a gratuidade de todas as certidões emitidas.
- (D) Os cartórios de registros públicos deverão afixar, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, quadros contendo tabelas atualizadas das custas e emolumentos, além de informações claras sobre a gratuidade do registro civil de nascimento e do assento de óbito, bem como da primeira certidão emitida por ocasião dos mencionados atos.

9 - Sobre o procedimento do tabelião de protestos de títulos, é incorreto afirmar:

- (A) Todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e somente terão curso se não apresentarem vícios de prescrição ou caducidade.
- (B) Qualquer irregularidade formal observada pelo tabelião obstará o registro do protesto.
- (C) Poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, desde que acompanhados de tradução efetuada por tradutor público juramentado.
- (D) Tratando-se de títulos ou documentos de dívida sujeitos a qualquer tipo de correção, o pagamento será feito pela conversão vigorante no dia da apresentação, no valor indicado pelo apresentante.

10 - Quando, para a apuração de faltas imputadas a notários ou a oficiais de registro, for necessário o afastamento do titular do serviço:

- (A) poderá ele ser suspenso, preventivamente, pelo prazo de noventa dias, prorrogável pelo mesmo período.
- (B) o juízo competente designará interventor para responder pela serventia, quando o substituto também for acusado das faltas, e a medida se revelar conveniente para os serviços.
- (C) durante o período de afastamento, o titular perceberá metade da renda líquida da serventia; outra metade caberá ao interventor.
- (D) durante o período de afastamento, o titular perceberá metade da renda líquida da serventia; outra metade será depositada em conta bancária especial, com correção monetária. Absolvido o titular, receberá ele o montante dessa conta; condenado, caberá esse montante ao interventor.

11 - A retificação de assentamento imobiliário para inserção ou alteração de medida perimetral de que resulte, ou não, alteração de área, será instruída com planta e memorial descritivo assinado por profissional legalmente habilitado, com prova de anotação de responsabilidade técnica no competente Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, bem assim pelos confrontantes, sobre os quais é correto afirmar:

- (A) entendem-se como confrontantes os proprietários dos imóveis contíguos, devendo ser apresentado o respectivo título de propriedade.

- (B) o condomínio geral deverá ser representado por todos os condôminos, e o condomínio edilício será representado, conforme o caso, pelo síndico ou pela Comissão de Representantes.
- (C) serão considerados confrontantes somente os confinantes de divisas que forem alcançadas pela inserção ou alteração de medidas perimetrais.
- (D) serão considerados confrontantes todos os confinantes, independentemente das divisas que forem alcançadas pela inserção ou alteração de medidas perimetrais.

12 - Sobre princípio da continuidade no Registro de Imóveis, é INCORRETO afirmar:

- (A) Quando o título anterior estiver registrado em outro cartório, o novo título será apresentado juntamente com certidão atualizada, comprobatória do registro anterior, e da existência ou inexistência de ônus.
- (B) Se o imóvel não estiver matriculado ou registrado em nome do outorgante, o oficial exigirá a prévia matrícula e o registro do título anterior, qualquer que seja a sua natureza, a fim de manter a continuidade do registro.
- (C) A matrícula será feita à vista dos elementos constantes do título apresentado e do registro anterior que constar do próprio cartório.
- (D) Para manter a continuidade do registro, se o imóvel não estiver matriculado ou registrado em nome do outorgante, o oficial exigirá a prévia matrícula e o registro do título anterior, exceto no caso de partilhas *causa mortis*.

13 - É correto afirmar que os arquivos no tabelionato de protestos deverão ser conservados, pelo menos, durante os seguintes prazos:

- (A) trinta dias, para os comprovantes de entrega de pagamento aos credores, para as solicitações de retirada dos apresentantes e para os comprovantes de devolução, por irregularidade, aos mesmos, dos títulos e documentos de dívidas.
- (B) dois anos, para as intimações e editais correspondentes a documentos protestados e ordens de cancelamento.
- (C) um ano, para as intimações e editais correspondentes a documentos pagos ou retirados além do tríduo legal.
- (D) dois anos para livros de protocolo e de cinco anos para os livros de registros de protesto e respectivos títulos.

14 - Sobre os procedimentos no Registro de Títulos e Documentos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Quando o título, já registrado por extrato, for levado a registro integral, ou for exigido simultaneamente pelo apresentante o duplo registro, mencionar-se-á essa circunstância no lançamento posterior e, nas anotações do protocolo, far-se-ão referências recíprocas para verificação das diversas espécies de lançamento do mesmo título.
- (B) O oficial não poderá recusar registro a título e a documento que não se revistam das formalidades legais.
- (C) Se tiver suspeita de falsificação, poderá o oficial sobrestar no registro, depois de protocolado o documento, até notificar o apresentante dessa circunstância; se este insistir, o registro será feito com essa nota, podendo o oficial, entretanto, submeter a dúvida ao juiz competente, ou notificar o signatário para assistir ao registro, mencionando também as alegações pelo último aduzidas.
- (D) O oficial, salvo quando agir de má-fé devidamente comprovada, não será responsável pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco do documento, título ou papel, mas, tão somente, pelos erros ou vícios no processo de registro.

15 - Foi apresentada ao tabelião de notas, por intermédio de advogado, uma petição requerendo a lavratura de escritura pública de inventário e partilha, na qual todos os herdeiros são maiores e capazes e estão em consenso. O tabelião, alegando vícios materiais no deferimento da herança proposto pelas partes, por intermédio do advogado, negou-se a lavrar o ato notarial. O advogado, diante da qualificação notarial negativa mencionada:

- (A) poderá suscitar dúvida, a qual será dirimida pelo juízo competente.
- (B) deverá necessariamente encaminhar o inventário judicial.
- (C) não pode suscitar dúvida por tratar-se de um instituto exclusivo do registro de imóveis, conforme artigo 198 da Lei de Registros Públicos.
- (D) poderá suscitar dúvida, que será dirimida pelo juiz da vara de sucessões competente para atuar no feito.

16 - O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o exercício de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão; a diplomação, na hipótese de mandato eletivo, e a posse, nos demais casos, implicará

- (A) o afastamento da atividade.
- (B) a extinção da delegação.
- (C) a suspensão do titular.
- (D) a aplicação de sanção administrativa disciplinar.

17 - O tabelião de notas recebeu uma petição do advogado assistente das partes, pela qual foi requerida a lavratura de uma escritura de divórcio consensual. O regime de bens do casal é o da comunhão universal de bens. Os divorciandos possuem três filhos, todos maiores e capazes. No acervo do casal existem diversos bens, inclusive imóveis. Solicitaram, ainda, que fosse lavrada a respectiva escritura pública de divórcio sem a partilha de bens, a qual será otimizada em momento posterior. O agente notarial

- (A) não poderá formalizar a vontade das partes sem devida partilha dos bens do casal, pois são casados pelo regime da comunhão universal de bens.
- (B) não poderá formalizar a vontade das partes, pois o divórcio determina o fim do regime de bens, cessando o estado de comunhão, sendo obrigatória a partilha.
- (C) poderá formalizar a escritura pública, pois o divórcio pode ser concedido sem que haja prévia partilha dos bens do casal.
- (D) poderá formalizar a escritura pública somente se, concomitantemente, for feito um plano de partilha dos bens comuns, no qual os divorciandos assumam o compromisso de efetivar o ato em momento posterior.

18 – Em relação ao traslado de assentos de nascimento, casamento e óbito de brasileiros em país estrangeiro, tomados por autoridade consular brasileira, nos termos do regulamento consular, ou por autoridade estrangeira competente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Será feito nos cartórios de 1º Ofício do domicílio do registrado ou no 1º Ofício do Distrito Federal, em falta de domicílio conhecido, somente após autorização judicial.
- (B) Será efetuado no Livro "E" do 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca do domicílio do interessado ou do 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito Federal, sem a necessidade de autorização judicial.
- (C) Não será feito, se houver a necessidade de retificação do seu conteúdo, caso em que o oficial exigirá a prévia retificação judicial.
- (D) Será obstado, se houver omissão de qualquer dos dados obrigatórios referidos pela Lei nº 6.015/1973.

CONSTITUCIONAL

19 - Compete privativamente à Assembleia Legislativa do Estado do Acre:

- (A) fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta.
- (B) legislar a respeito das riquezas existentes no subsolo do estado acreano.
- (C) prover e extinguir cargos públicos estaduais dentro da conformidade prevista na Constituição do Estado do Acre.
- (D) decretar situação de estado de emergência e de calamidade pública.

20 - Os municípios do Estado do Acre podem instituir impostos sobre:

- (A) transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens e direitos.
- (B) operações que destinem, a outros entes federativos, petróleo.
- (C) prestação de serviços de transporte intermunicipal.
- (D) vendas a varejo de combustíveis líquidos gasosos, exceto o óleo diesel.

21 - É objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- (A) a igualdade entre os povos.
- (B) a soberania.
- (C) a independência nacional.
- (D) garantir o desenvolvimento nacional.

22 - Sobre o Poder Constituinte é correto afirmar que,

- (A) na hipótese da edição de uma nova constituição, não persistem direitos adquiridos.
- (B) na hipótese da edição de uma nova constituição, os direitos adquiridos devem ser preservados.
- (C) na hipótese da modalidade derivada, os limites para a edição de uma nova Constituição são inexistentes.

(D) na hipótese da modalidade originária, os limites existentes para a edição de uma nova Constituição são fortes e vinculantes.

23 - O mecanismo de *checks and balances*:

(A) coloca em xeque a possibilidade de um controle social da Administração Pública.

(B) impede que as funções primárias de um Poder possam ser exercidas, secundariamente, por outrem.

(C) permite que uma Comissão Parlamentar de Inquérito investigue fatos determinados e dentro de suas competências constitucionais.

(D) diferencia harmonia e independência entre os poderes para a consecução dos freios e dos contrapesos.

24 - É correto afirmar, em relação aos direitos fundamentais individuais, que

(A) a saúde pressupõe uma atuação estatal negativa.

(B) tais normas possuem aplicação imediata.

(C) o lazer encontra-se dentro de tal classificação.

(D) a liberdade de associação é plena.

25 - É livre a associação sindical desde que

(A) a contribuição seja fixada de acordo com a capacidade negocial da categoria.

(B) o aposentado filiado tenha direito de votar nas negociações individuais de trabalho.

(C) o aposentado filiado tenha direito de votar nas negociações coletivas de trabalho.

(D) o aposentado filiado tenha direito de votar e de ser votado nas organizações sindicais.

26 - Assinale a alternativa correta.

(A) É de iniciativa privada do Presidente da República lei que disponha sobre matéria tributária de territórios.

(B) Para a aprovação de lei complementar, é necessário o alcance de maioria simples em cada casa do Congresso.

(C) O procedimento de reforma do texto constitucional via emendas é feito com base em uma maioria absoluta de ambas as casas do Congresso.

(D) É vedada a edição de medida provisória em matéria de direito civil.

27 - É função de chefe de Estado exercida pelo Presidente da República:

(A) nomear membros do Conselho da República.

(B) decretar e executar a intervenção federal.

(C) conferir condecorações e distinções honoríficas.

(D) editar medidas provisórias, com força de lei, nos termos da Constituição.

28 - É membro, entre outros, do CNJ:

(A) um juiz de Tribunal Regional de Trabalho, indicado pela maioria simples dos Tribunais Regionais do Trabalho.

(B) um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

(C) um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, votado pela maioria colegiada dos desembargadores de cada Tribunal Regional do Trabalho.

(D) um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, oriundo da carreira de magistrado trabalhista, indicado pela maioria simples dos Tribunais regionais do Trabalho.

29 - São requisitos constitucionais da função social da propriedade:

(A) utilização adequada dos recursos disponíveis, preservação do meio ambiente, observância das relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

(B) aproveitamento racional e adequado, preservação do meio ambiente, observância das relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

(C) aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos disponíveis, preservação do meio ambiente e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

(D) aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos disponíveis, preservação do meio ambiente, observância das relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

30 - O controle de constitucionalidade brasileiro

(A) é de natureza política e jurisdicional.

(B) apenas é de natureza jurisdicional.

- (C) apenas é de natureza política.
- (D) apenas é de natureza cível.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31 – Assinale a alternativa que NÃO contempla hipótese de aplicação dos princípios da segurança jurídica, boa-fé e proteção à confiança quanto aos atos da Administração Pública.

- (A) Manutenção de atos praticados por funcionários de fato.
- (B) Fixação de prazo para anulação.
- (C) Regulação dos efeitos já produzidos pelo ato ilegal.
- (D) Anulação e revogação de ato administrativo pelo Poder Legislativo.

32 - A ordem jurídica reconhece determinados poderes à Administração Pública com a finalidade de tutelar o interesse público. Com relação ao regime jurídico a eles aplicado, assinale a afirmativa correta.

- (A) O poder normativo pode ser exercido ilimitadamente, desde que devidamente justificado.
- (B) O exercício do poder disciplinar prescinde da discricionariedade.
- (C) Para que ocorra harmonia e unidade de direção, o exercício do poder estabelece uma relação de coordenação e subordinação entre os vários órgãos que integram a Administração Pública.
- (D) Em razão das características do poder de polícia o controle judicial somente pode ocorrer após a produção dos efeitos jurídicos pretendido pela decisão administrativa.

33 - Com relação ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal disciplinado pela Lei N° 9.784 de 29/01/1999, assinale a afirmativa correta.

- (A) É vedada a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- (B) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- (C) É permitida a avocação temporária, excepcionalmente, de competência atribuída a órgão hierarquicamente superior.
- (D) O desatendimento da intimação importa o reconhecimento da verdade dos fatos e a renúncia a direito pelo administrado.

34 - Com relação às licitações públicas e ao regime jurídico instituído pela Lei N° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, é correto afirmar que:

- (A) o recurso administrativo interposto com relação à habilitação ou inabilitação terá efeito suspensivo.
- (B) somente os licitantes estão legitimados a impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação do Estatuto das Licitações.
- (C) os crimes definidos na referida lei são de ação penal pública condicionada à representação do interessado, cabendo ao Ministério Público promovê-la.
- (D) as hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas no artigo 25 da referida lei são taxativas.

35 - O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei N° 8.666, de 21 de junho de 1.993, e alterações, permite à Administração:

- (A) alterar as cláusulas econômico-financeiras e monetárias independente de prévia concordância do contratado.
- (B) a declaração de nulidade do contrato não opera efeitos retroativos.
- (C) fiscalizar a execução e aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- (D) a critério da autoridade competente, independente de previsão no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

36 - A Lei N° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e alterações, dispõe sobre o regime jurídico de concessões e permissões de serviços públicos. A seu respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não se aplica ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor com relação aos direitos dos usuários.
- (B) A permissão de serviços públicos não pode ser delegada à pessoa física.
- (C) Não é permitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, mesmo que autorizado pelo poder concedente.
- (D) As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

37 - Com relação à responsabilidade civil do Estado prevista no artigo 37, § 6°, da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) o referido dispositivo constitucional compreende duas regras: a da responsabilidade objetiva do Estado e a da responsabilidade subjetiva do agente público.
- (B) não se aplica aos particulares que atuam em colaboração com a Administração Pública.
- (C) existem cláusulas excludentes da responsabilidade, mas não atenuantes.
- (D) doutrina e jurisprudência são unânimes em reconhecer que a responsabilidade do Estado por omissão é objetiva.

38 - Com relação ao regime jurídico dos bens públicos é correto afirmar que:

- (A) se considera faixa de fronteira aquela que compreende 50 km de largura paralela à linha divisória terrestre do território nacional.
- (B) pelas suas características, a Administração Pública não pode conferir a pessoa ou grupo de pessoas determinadas, parcela de bem público para uso privativo.
- (C) concessão de uso é ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração Pública faculta a utilização privativa de bem público, para fins de interesse público.
- (D) a Constituição Federal proíbe qualquer tipo de usucapião de imóvel público, que na zona urbana, quer na área rural.

39 - A Lei Complementar nº 39, de 29 de dezembro de 1993, e alterações, disciplina o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Acre, das Autarquias e das Fundações Públicas, instituídas e mantidas pelo Poder Público. A seu respeito considere as seguintes assertivas.

I - É vedada a prestação de serviços gratuitos, salvos os casos previstos em lei.

II – Nomeação, ascensão funcional, readaptação e reversão são algumas das formas de provimento de cargo público.

III – Posse é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

IV – A exoneração de servidor durante o período do estágio probatório independe de cientificação para exercício da ampla defesa.

- (A) Apenas I e II estão corretas.
- (B) Apenas II e III estão corretas.
- (C) Apenas I e IV estão corretas.
- (D) Apenas II e IV estão corretas.

40 - Acerca do regime jurídico da intervenção do Estado na propriedade privada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente a Constituição Federal pode estabelecer quem são os legitimados ativos para promover ação judicial de desapropriação.
- (B) Como pressupostos para desapropriação, a Constituição Federal indica a necessidade ou utilidade pública e o interesse social.
- (C) Dentre os bens que poderão ser expropriados não se inclui o espaço aéreo.
- (D) O ordenamento jurídico não contempla hipótese de desapropriação sem indenização.

41 - Considerando o regime jurídico da improbidade administrativa previsto no artigo 37, § 4º, da Constituição Federal, e na Lei Nº 8.429, de 02 de junho de 1992, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para ser considerado agente público para efeitos de improbidade administrativa, a função deve ser exercida com remuneração.
- (B) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não está sujeito às cominações previstas na lei de improbidade administrativa.
- (C) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos podem se efetivar antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (D) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

42 - A fiscalização contábil, financeira e orçamentária está disciplinada nos artigos 70 a 75 da Constituição Federal. Ela deve ser interpretada como uma das espécies de controle da administração pública. Acerca de seu regime jurídico, assinale a afirmativa correta.

- (A) Aplica-se apenas à Administração Direta, autarquias e fundações públicas.
- (B) Responde subsidiariamente a autoridade responsável pelo controle interno que, tomando conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, não cientificar o Tribunal de Contas da União.
- (C) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do artigo 40 da Constituição Federal.
- (D) O Tribunal de Contas da União é órgão de controle interno auxiliar do Congresso Nacional.

DIREITO CIVIL

43 – No que diz à lei, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei que regula a forma e a prova dos atos jurídicos é a do tempo em que se realizam.
- (B) A sucessão *causa mortis* ou por ausência obedece à lei do país da situação dos bens.
- (C) A lei revogada, sem necessidade de pronunciamento expresse, se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (D) O Direito pátrio não admite a chamada revogação da lei tácita ou indireta.

44 - O arrendante, no plano possessório, em relação à coisa dada em arrendamento, é

- (A) possuidor pleno.
- (B) possuidor indireto.
- (C) possuidor direto.
- (D) detentor.

45 - Dispensa-se o registro do título para efeito de aquisição da propriedade imobiliária na(o):

- (A) compra e venda.
- (B) adjudicação compulsória.
- (C) usucapião.
- (D) arrematação.

46 - No que diz com o usucapião, assinale a afirmativa correta.

- (A) O usucapião familiar (artigo 1240-A CC/2002) só pode ser manejado pelo cônjuge varão.
- (B) Exige-se do possuidor, para efeito de usucapião rural (artigo 1239 CC/2002), boa-fé.
- (C) As pessoas jurídicas não podem usucapir.
- (D) Admite-se a *accessio possessionis* a título universal em sede de usucapião urbano (artigo 1240, *caput*, CC/02).

47 - Quanto ao parcelamento do solo urbano, assinale a afirmativa correta.

- (A) Será nula de pleno direito a cláusula de rescisão de contrato por inadimplemento do adquirente, quando o loteamento não estiver regularmente inscrito.
- (B) É lícito prometer vender parcela de desmembramento não registrado, uma vez que tal espécie de parcelamento do solo aproveita de forma integral o sistema viário existente.
- (C) As alterações de uso do solo rural para fins urbanos dependem, apenas, da autorização do Município da situação da área a ser parcelada.
- (D) O arruamento, após a aprovação do projeto, poderá ter, mediante compensação pecuniária em prol do Fundo Municipal do Meio Ambiente, sua destinação alterada pelo loteador.

48 - Quanto à responsabilidade civil, é **correto** afirmar que:

- (A) no caso de homicídio, a indenização limita-se a prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.
- (B) aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançados em lugar indevido.
- (C) os empresários individuais e as empresas respondem, somente quando caracterizada a culpa, pelos produtos postos em circulação.
- (D) no caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido apenas no que diz com as despesas do tratamento até o fim da convalescença.

- 49** - Em relação ao direito das sucessões, assinale a afirmativa correta.
- (A) É proibido o testamento conjuntivo, seja simultâneo, recíproco ou correspectivo.
 - (B) Se o tabelião tiver escrito o testamento cerrado a rogo do testador, não poderá aprová-lo.
 - (C) O testamento particular, sob pena de invalidade, deve ser escrito necessariamente em língua nacional.
 - (D) A confirmação do testamento particular, sob pena de invalidade, depende do reconhecimento sobre o fato da disposição de todas as testemunhas que o subscreveram.
- 50** - Quanto aos negócios jurídicos, assinale a afirmativa correta.
- (A) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
 - (B) O negócio jurídico nulo, em razão do celebrante ser pessoa absolutamente incapaz, é suscetível de confirmação.
 - (C) A nulidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício.
 - (D) A invalidade da obrigação principal não induz a das obrigações acessórias.
- 51** - Quanto às pessoas naturais, assinale a afirmativa correta.
- (A) A prévia decretação da ausência sempre é pressuposto para a declaração de morte presumida.
 - (B) A capacidade civil da pessoa natural começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
 - (C) Sem autorização, salvo tratar-se de pessoa natural sujeita à exposição midiática, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.
 - (D) Os imóveis do ausente só se poderão alienar, não sendo por desapropriação, ou hipotecar, quando o ordene o juiz, para lhes evitar a ruína.
- 52** - Quanto aos bens, assinale a afirmativa correta.
- (A) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se de uso especial os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
 - (B) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre os objetos móveis e as ações correspondentes.
 - (C) Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.
 - (D) Os frutos e produtos só podem ser objeto de negócio jurídico depois de separados do bem principal.
- 53** - No que diz à prova, assinale a afirmativa correta.
- (A) Se os comparecentes não souberem a língua nacional, e o tabelião entender o idioma em que se expressam, a escritura pública poderá ser redigida na língua estrangeira daqueles.
 - (B) O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, é dotado de fé pública, fazendo prova plena, inclusive em relação a terceiros.
 - (C) Qualquer que seja o valor do negócio jurídico, a prova testemunhal é admissível como subsidiária ou complementar da prova por escrito.
 - (D) Os traslados e as certidões considerar-se-ão instrumentos particulares, se os originais se houverem produzido em juízo, em sede de ação envolvendo direitos disponíveis, como prova de algum ato.
- 54** – Quanto à prescrição, assinale a afirmativa correta.
- (A) A renúncia da prescrição só pode ser expressa, sendo a escritura pública essencial à validade do ato.
 - (B) Os prazos da prescrição podem ser alterados por acordo das partes.
 - (C) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
 - (D) A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 55** – Assinale a alternativa **INCORRETA**.
- (A) Quando a interdição for requerida pelo Ministério Público, o juiz deverá intimar a Defensoria Pública para exercer o múnus de curador à lide; quando a interdição não for requerida pelo Ministério Público, esse intervirá como fiscal da lei, não havendo, a princípio, a necessidade de nomeação de curador à lide.
 - (B) O interditando é citado para se submeter à inspeção judicial, mas poderá constituir advogado para insurgir-se contra a pretensão.

- (C) O recurso de apelação interposto da sentença que julga procedente a ação de interdição tem efeito suspensivo, dada a gravidade de tal decisão na esfera jurídica do interdito.
- (D) O recurso de apelação interposto contra sentença que levanta a interdição não tem efeito suspensivo.

56 - Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A arguição de suspeição do juiz deve ser apresentada por exceção, mas, assim como a exceção de impedimento, pode ser apresentada a qualquer tempo, no curso do processo, sendo insuscetível de preclusão, pois o prazo de quinze dias contados do fato que a ocasionou é impróprio, sendo a consequência pela arguição extemporânea apenas o ônus de arcar com as custas do retardamento do processo.
- (B) O prazo para reconvenção é o mesmo da contestação, mas não há exigência de simultaneidade em sua apresentação, desde que observado o prazo peremptório fixado em lei.
- (C) As questões prévias preliminares, de natureza processual, devem ser alegadas antes das questões de mérito (sejam essas prévias-prejudiciais ou principais).
- (D) Chama-se defesa direta de mérito a alegação, pelo réu, de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

57 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A jurisdição é a atividade pública indeclinável, a qual deve ser exercida com imparcialidade pelos membros do Poder Judiciário. Para assegurar a imparcialidade, a lei confere aos magistrados determinadas garantias, como, por exemplo, a vitaliciedade e a inamovibilidade, as quais, por isso, são consideradas garantias da própria atividade jurisdicional e não meras garantias dos magistrados.
- (B) O princípio do juiz natural impõe juiz imparcial e investido de competência absoluta, abstrata e previamente estabelecida, motivo pelo qual há previsão de ação rescisória em caso de a decisão ser proferida por magistrado absolutamente incompetente.
- (C) A incompetência do órgão jurisdicional pode ser superveniente, se houver alteração da competência em razão da matéria ou da hierarquia, caso em que o juiz deverá declinar, de ofício, sua competência, devendo-se repetir atos decisórios praticados pelo juiz declinante, sob pena de nulidade do processo.
- (D) O princípio segundo o qual a competência é determinada no momento em que a ação é proposta é o da *perpetuatio iurisdictionis*.

58 - Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O assistente simples defende direito próprio no processo em que participa nessa condição.
- (B) A assistência litisconsorcial é, também, reconhecida, em doutrina, como verdadeira intervenção litisconsorcial ulterior. É fundamental que seja requerida ao juiz da causa sob o fundamento de que o habilitando é parte em relação jurídica material e que o outro polo de tal relação é composto pelo adversário do assistido.
- (C) A oposição é espécie de intervenção de terceiro que compete a quem pretender o direito, ou a coisa, que é objeto da demanda. Na oposição, o terceiro oponente deduz demanda contra ambas as partes do processo, podendo apresentá-la em qualquer tempo ou grau de jurisdição.
- (D) A denúncia da lide e o chamamento ao processo são espécies de intervenção de terceiro cabíveis tanto no processo de conhecimento, como no processo de execução.

59 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Sob pena de perda da eficácia, o Código de Processo Civil exige a propositura da ação principal em trinta dias a contar do deferimento da medida cautelar, quando essa tiver caráter preparatório.
- (B) O procedimento de busca e apreensão previsto entre os procedimentos cautelares específicos é subsidiário, sendo aplicável sempre que, pretendendo-se a localização, apreensão ou depósito de pessoas, direitos ou coisas, não houver procedimento especificamente regulado em lei especial.
- (C) Para a doutrina clássica, a tutela cautelar visa a dar efetividade à jurisdição e ao processo. Modernamente, no entanto, outras correntes da doutrina sustentam que a tutela cautelar tem por objetivo assegurar uma situação jurídica tutelável ou uma pretensão de direito material.
- (D) Como tem conteúdo declaratório rarefeito, já que opera em cognição sumária, a sentença do processo cautelar não produz coisa julgada material.

60 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O juízo de admissibilidade dos recursos é, em um primeiro momento, realizado em caráter provisório, pois até o julgamento definitivo, o juízo de admissibilidade pode ser objeto de reavaliação.
- (B) A desistência do recurso é fato impeditivo do conhecimento do recurso e, para operar, diferentemente da desistência da ação, não depende de manifestação ou concordância da contraparte.
- (C) O preparo realizado dentro do prazo recursal, ainda que em dia subsequente à interposição do recurso, não induz deserção.
- (D) O cabimento do recurso é requisito de admissibilidade recursal que engloba recorribilidade da decisão e adequação da espécie recursal.

61 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A ação possessória de força velha permite o deferimento de antecipação de tutela, desde que provados os requisitos do art. 273 do Código de Processo Civil. Já na ação de força nova, o deferimento da liminar possessória exige apenas a demonstração verossímil da posse esbulhada, estando o risco na demora presumido pelo legislador.
- (B) A nunciação ou embargo de obra nova é ação de rito especial com caráter preventivo, destinada a impedir o prosseguimento de obra (*lato sensu*), a fim de manter a incolumidade ou utilidade do imóvel do requerente. Estando a obra finalizada, ou em vias de finalização, o procedimento adequado é o da ação demolitória, que segue o rito ordinário.
- (C) A ação monitória diferencia-se da ação de execução de título extrajudicial, dentre outras razões, em face da diferença do grau de evidência do direito tutelado pelo processo monitório, em relação à maior evidência do direito a ser perseguido pelo processo executivo-obrigacional do Livro II do Código de Processo Civil.
- (D) A ação de prestação de contas comporta reconvenção.

62 - Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A ação de *habeas data* é garantia constitucional inaboliável destinada a assegurar o conhecimento e, se necessário, a retificação, de informações de caráter pessoal relativas à pessoa do impetrante, constantes de banco de dados de entidades governamentais, ou de entidades de caráter público ou privado.
- (B) O prazo para impetração do mandado de segurança, cuja constitucionalidade foi afirmada pelo Supremo Tribunal Federal, tem sua natureza jurídica discutida em doutrina sendo, atualmente, predominante a posição de que se trata de prazo preclusivo, já que o impetrante não perde o direito à desconstituição do ato, mas apenas não pode fazê-lo por meio da via do *writ*.
- (C) No controle de constitucionalidade difuso, em que o órgão fracionário do Tribunal de 2º grau deixa de aplicar uma norma, por considerá-la inconstitucional, não há necessidade de submissão da questão ao plenário da Corte.
- (D) A ação popular produz coisa julgada *secundum eventus litis*, pois será *erga omnes*, exceto em caso de improcedência por insuficiência de provas.

DIREITO COMERCIAL

63 – Quanto aos títulos de crédito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Consoante entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, os avais superpostos em branco são considerados simultâneos e não sucessivos.
- (B) O aval, mediante a assinatura no verso ou anverso da cártula, é um meio de transferência dos direitos do título.
- (C) No aval, o avalista poderá requerer que, em primeiro lugar, seja executado o avalizado (benefício de ordem).
- (D) Não é possível, sob pena de nulidade, lançar aval posterior ao vencimento.

64 - No que se refere às alterações societárias, assinale a afirmativa correta.

- (A) A confissão resultante da recusa de apresentação dos livros não pode ser elidida por prova documental em contrário.
- (B) Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.
- (C) Podem figurar entre os valores do ativo as despesas de instalação da sociedade, independentemente de amortização, até o limite correspondente a cinquenta por cento do capital social.

(D) A adoção de fichas dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do resultado econômico.

65 - No que se refere ao Direito de Empresa, assinale a afirmativa correta.

- (A) O estabelecimento, pois se trata de complexo de bens organizados para o exercício da empresa, não pode ser objeto unitário de direitos ou de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, ainda que compatíveis com sua natureza.
- (B) Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados dentro e fora dos seus estabelecimentos, ainda que não autorizados por escrito.
- (C) O nome empresarial pode ser objeto de alienação.
- (D) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor da herança.

66 - No que diz com a recuperação judicial do empresário ou da sociedade empresária, assinale a afirmativa correta.

- (A) O administrador judicial será necessariamente advogado.
- (B) Não havendo Comitê de Credores, caberá ao administrador judicial ou, na incompatibilidade deste, ao juiz exercer suas atribuições.
- (C) É atribuição do Comitê de Credores, na recuperação judicial, a aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação apresentado pelo devedor.
- (D) Pessoa jurídica não pode ser nomeada administradora judicial.

67 - No que diz com a recuperação judicial do empresário ou da sociedade empresária, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente por dolo o administrador judicial e os membros do Comitê responderão pelos prejuízos causados à massa falida, ao devedor ou aos credores.
- (B) Na recuperação judicial, os titulares de créditos retardatários, excetuados os titulares de créditos derivados da relação de trabalho, tributários e com garantia real, não terão direito à voto nas deliberações da assembléia geral de credores.
- (C) O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, com supressão, no entanto, das garantias.
- (D) Não são exigíveis do devedor as despesas que os credores fizeram para tomar parte na recuperação judicial, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.

68 - No que se refere à falência, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os contratos bilaterais sempre se resolvem pela falência.
- (B) As multas tributárias são consideradas créditos extraconcursais e são pagas com precedência sobre os demais créditos.
- (C) A decretação judicial da falência suspende o exercício do direito de retenção sobre os bens sujeitos à arrecadação, os quais deverão ser entregues ao administrador judicial.
- (D) O mandato conferido, pelo devedor, antes da falência, para realização de negócios, continua em vigor até que seja expressamente revogada pelo administrador judicial.

69 - No que se refere à falência, assinale a afirmativa correta.

- (A) Quem por dolo requerer a falência de outrem será condenado, na sentença que julgar improcedente o pedido, a indenizar o devedor, apurando-se as perdas e danos em liquidação de sentença.
- (B) A locação ou celebração de outro contrato referente aos bens da massa falida por parte do administrador depende da prévia autorização do juízo da falência.
- (C) Independente da intenção de prejudicar credores, são revogáveis os atos praticados antes da falência que tenham acarretado prejuízos à massa falida.
- (D) Na falência do espólio, não se suspende o processo de inventário, cabendo ao inventariante, antes da partilha, separar os bens, tantos quantos forem necessários, para pagamento dos credores habilitados no juízo falimentar.

70 - Quanto ao protesto de títulos de crédito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A averbação de retificação de erros materiais pelo serviço só poderá ser efetuada a requerimento do interessado, sob responsabilidade do Tabelião de Protesto de Título.

- (B) O pagamento do título ou documento apresentado para protesto será feito diretamente no Tabelionato e necessariamente em espécie.
- (C) O protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado após o vencimento da obrigação.
- (D) Qualquer irregularidade formal observada pelo tabelião obstará o registro do protesto.

DIREITO TRIBUTÁRIO

71 – Dentre as contribuições de seguridade social, estão as contribuições previdenciárias. Há contribuição previdenciária devida pelos segurados e contribuição devida pelas empresas. A respeito de tais contribuições, é correto afirmar que:

- (A) tanto os segurados empregados quanto as empresas empregadoras, como contribuintes, devem contribuições calculadas sobre o salário-de-contribuição e, portanto, com base de cálculo sujeita a limites mínimo e máximo.
- (B) o aposentado do regime geral que permanece na ativa ou que retorna à atividade como empregado não precisa mais se sujeitar à retenção de contribuição previdenciária pelo empregador.
- (C) o servidor público sujeito a regime próprio de previdência, mas que também desenvolver atividade que o caracterize como segurado obrigatório do regime geral de previdência, contribuirá para ambos.
- (D) não há previsão de retenção na fonte das contribuições devidas pelos segurados contribuintes individuais quando percebam remuneração de pessoa jurídica.

72 - Quanto ao conceito ou noção de tributo e suas espécies, é correto afirmar que:

- (A) são tributos quaisquer obrigações tributárias principais.
- (B) há tributos consistentes em prestação pecuniária e outros em obrigações de fazer, como servir de mesário nas eleições quando convocado.
- (C) a denominação adotada por lei não é determinante para a identificação da espécie tributária (natureza jurídica específica do tributo).
- (D) são três as espécies tributárias – impostos, taxas e contribuições de melhoria –, e as contribuições e os empréstimos compulsórios, embora tratados pela Constituição no capítulo do sistema tributário nacional, não têm natureza tributária, não estando sujeitos às limitações constitucionais ao poder de tributar.

73 - Acerca dos impostos, é correto afirmar que:

- (A) podem ter fato gerador vinculado ou não-vinculado.
- (B) inexistente vedação à vinculação da sua receita a órgão, fundo ou despesa.
- (C) todos os entes federados têm competência privativa e também competência residual para instituir outros impostos, desde que observada a vedação de bitributação e de *bis in idem*.
- (D) os impostos, sempre que possível, terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

74 - Acerca das taxas, é correto afirmar que:

- (A) podem ser cobradas em razão da prestação de serviço específico e divisível ou em razão do exercício do poder de polícia e, ainda, pelo uso de bem público.
- (B) a taxa tem de ser instituída por lei, mas essa pode delegar a fixação do montante devido ao Chefe do Poder Executivo ou a outro órgão, de maneira que seja estabelecido por ato administrativo normativo.
- (C) as taxas não podem ter base de cálculo própria de impostos.
- (D) as taxas só podem ser exigidas pela utilização efetiva dos serviços públicos específicos e divisíveis, jamais pela utilização potencial, mediante colocação à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

75 - Sobre a não cumulatividade, que é critério constitucional de tributação a ser observado pelo legislador relativamente ao ICMS, é correto afirmar que:

- (A) corresponde à tributação do valor agregado, de modo que permite excluir da base de cálculo do ICMS os custos com as mercadorias adquiridas para revenda.
- (B) a isenção ou não incidência implicam crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes, salvo determinação em contrário da legislação.
- (C) só admite creditamento dos valores cobrados nas operações anteriores quando pelo mesmo estado-membro.

(D) a isenção ou não incidência implicam anulação do crédito relativo às operações anteriores, mas, no caso da não incidência constitucionalmente determinada sobre operações que destinem mercadorias para o exterior e sobre serviços prestados a destinatários no exterior, é assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.

76 - Quanto às obrigações tributárias, é correto afirmar que:

- (A) fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- (B) conforme o CTN, sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica, de direito público ou privado sem fins lucrativos, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- (C) a obrigação tributária principal consiste em obrigação do contribuinte de pagar tributo, prestar declaração ou tomar outra medida, positiva ou negativa, determinada por lei no interesse da Administração Tributária.
- (D) fato gerador da obrigação tributária acessória é o inadimplemento do tributo, porquanto dá ensejo à cobrança de juros e de multa moratória.

77 - Sobre os modos de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, é correto afirmar que:

- (A) o depósito do montante integral deve ser efetuado mediante instrumento processual adequado, qual seja, a ação de depósito.
- (B) o parcelamento será concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica.
- (C) o contribuinte pode oferecer bens em caução na ação judicial em que esteja discutindo o tributo, para obtenção da suspensão da sua exigibilidade.
- (D) a liminar em mandado de segurança tem o efeito de suspender a exigibilidade do crédito tributário, mas a sentença que concede segurança em favor do contribuinte e que determina à autoridade que se abstenha de exigir determinado tributo só tem eficácia após o trânsito em julgado.

78 - A compensação é uma das modalidades de extinção do crédito tributário. A respeito da compensação tributária, é correto afirmar que:

- (A) a compensação entre débitos do contribuinte e do Fisco faz-se automaticamente, independente de qualquer formalidade, nos termos do que dispõe o Código Civil.
- (B) a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública depende de lei que a autorize.
- (C) a compensação mediante aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, é vedada antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial, salvo quando reconhecido o direito por mandado de segurança cuja sentença tem eficácia imediata.
- (D) a compensação, em matéria tributária, é prerrogativa do fisco, não sendo permitido ao legislador ordinário autorizar o contribuinte a realizá-la no regime de lançamento por homologação.

79 - A decadência e a prescrição são modos de extinção do crédito tributário. Sobre tais institutos, é correto afirmar que:

- (A) uma das causas de interrupção do prazo de que o Fisco dispõe para cobrar o crédito tributário mediante execução fiscal é o protesto judicial.
- (B) o direito do Fisco de constituir o crédito tributário mediante lançamento de ofício extingue-se em cinco anos contados do primeiro dia posterior ao da ocorrência do fato gerador.
- (C) o prazo decadencial para lançamento de ofício é contado do primeiro dia do exercício seguinte aquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, ou, sendo o caso, da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal ou material, o lançamento anteriormente efetuado.
- (D) inexistem causas de suspensão do prazo prescricional em matéria tributária.

80 - O crédito tributário definitivamente constituído e inadimplido pode ser inscrito em dívida ativa, servindo, a respectiva certidão, como título para o ajuizamento de execução fiscal. Sobre a dívida ativa, é correto afirmar:

- (A) a dívida regularmente inscrita tem o efeito de prova pré-constituída e goza de presunção absoluta de certeza e liquidez.
- (B) dentre os requisitos do termo de inscrição em dívida ativa, estão: o nome do devedor, a quantia devida, a origem e a natureza do crédito e o fundamento legal.
- (C) a omissão de quaisquer dos requisitos do termo de inscrição implica nulidade absoluta que jamais pode ser sanada, em hipótese alguma, porquanto configura violação ao devido processo legal administrativo.
- (D) a dívida ativa tributária é aquela proveniente de crédito dessa natureza, podendo ser inscrita a partir do lançamento do tributo, ainda que pendente impugnação ou recurso administrativo.

DIREITO PENAL

81 – Em matéria de lei penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A sentença penal estrangeira possui plena eficácia em território nacional, em qualquer hipótese, desde que homologada pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) Aplica-se a lei brasileira, com prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
- (C) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade.
- (D) A lei penal mais grave aplica-se tão só e exclusivamente ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da permanência.

82 - Assinale a alternativa correta.

- (A) O conceito de infração penal é mais amplo do que o conceito de crime.
- (B) O conceito de infração penal coincide com o conceito de delito.
- (C) O conceito de infração penal coincide com o conceito de crime.
- (D) O conceito de infração penal é menos amplo do que o conceito de crime.

83 – Assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com a doutrina majoritária, a imputabilidade constitui pressuposto da conduta.
- (B) Diante de um fato típico penal praticado por agente inimputável, a consequência jurídica será sempre a aplicação de medida de segurança.
- (C) O doente mental que pratica fato típico penal tanto pode ser considerado inimputável como também imputável, dependendo do caso concreto.
- (D) De acordo com o Código Penal brasileiro, o semi-imputável pode ficar sujeito à pena reduzida, mas jamais sujeito à medida de segurança..

84 – Assinale a alternativa correta.

- (A) O erro de proibição sempre exclui o dolo.
- (B) O erro de proibição direto possui as mesmas consequências jurídicas do erro de proibição indireto.
- (C) O erro de proibição, do ponto de vista conceitual, equipara-se ao erro de direito.
- (D) O erro de proibição, de acordo com o Código Penal brasileiro, afasta o dolo, podendo o agente ser punido a título de culpa.

85 – Em matéria de concurso de pessoas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Comunicam-se as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- (B) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio jamais são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- (C) A participação de menor importância pode ser diminuída de metade a dois terços.
- (D) A participação de menor importância pode ser diminuída de um sexto a um terço.

86 – Não constitui pena de interdição temporária de direito:

- (A) a proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo.
- (B) a proibição de autorização ou habilitação para dirigir veículo.
- (C) a proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público.
- (D) a proibição de frequentar determinados lugares.

87 – Assinale a alternativa correta.

- (A) Trazer consigo documento público falsificado constitui crime de uso de documento falso, apenado com reclusão.
- (B) Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem configura crime de estelionato, apenado com reclusão.
- (C) Falsificar, fabricando-o ou alterando-o, marca ou sinal empregado pelo poder público no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou usar marca ou sinal dessa natureza, falsificado por outrem constitui crime apenado com detenção.

(D) Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público constitui crime apenado com detenção.

88 – Assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui crime contra a Administração Pública o fato de apropriar-se o funcionário público de bem móvel particular, de que tem a posse em razão do cargo, em proveito próprio ou alheio.
- (B) No peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, reduz a pena de metade.
- (C) O crime de prevaricação não exige, para sua consumação, elemento subjetivo especial, mas tão somente o dolo.
- (D) Abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei, constitui crime apenado com reclusão.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

89 - Caberá recurso de ofício ou reexame necessário, entre outras hipóteses, da decisão:

- (A) que concede *habeas corpus*, que defere a reabilitação criminal, que arquiva inquérito policial em crimes contra a economia popular e contra a sentença absolutória em processo criminal por crimes contra a economia popular.
- (B) que concede *habeas corpus*, que julga improcedente a reabilitação criminal, que arquiva inquérito policial em crimes contra a economia popular e contra a sentença absolutória em processo criminal por crimes contra a economia popular.
- (C) que concede *habeas corpus*, que indefere a reabilitação criminal, que arquiva inquérito policial em crimes contra a economia popular e contra a sentença condenatória em processo criminal por crimes contra a economia popular.
- (D) que concede *habeas corpus*, que defere a reabilitação criminal, que arquiva inquérito policial em crimes contra a economia popular e contra a sentença absolutória em processo criminal por crimes contra o meio ambiente.

90 - Aponte a afirmativa correta.

- (A) Em sede recursal, o princípio da convolação diz respeito à possibilidade de o órgão julgador receber determinado recurso equivocadamente interposto no prazo legal correto, ordenando seu processamento de acordo com o rito do recurso cabível.
- (B) Em sede recursal, o princípio da fungibilidade diz respeito à possibilidade de o órgão julgador receber determinado recurso equivocadamente interposto, ainda que fora do prazo legal correto, ordenando seu processamento de acordo com o rito do recurso cabível.
- (C) Em sede recursal, o princípio da convolação diz respeito à possibilidade de o órgão julgador, diante de um recurso adequadamente interposto, recebê-lo ou conhecê-lo como se se tratasse de outro recurso ou via impugnativa.
- (D) Em sede recursal, o princípio da infungibilidade diz respeito à possibilidade de o órgão julgador receber determinado recurso equivocadamente interposto no prazo legal correto, ordenando seu processamento de acordo com o rito do recurso cabível.

91 - No Juizado Especial Criminal, os embargos de declaração poderão ser opostos:

- (A) por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias contados da ciência da decisão, e não acarretarão a suspensão do prazo para o recurso.
- (B) por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias contados da ciência da decisão, e acarretarão a suspensão do prazo para o recurso.
- (C) somente por escrito, no prazo de cinco dias contados da ciência da decisão, e não acarretarão a suspensão do prazo para o recurso.
- (D) por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias contados da ciência da decisão, e acarretarão a suspensão do prazo para o recurso.

92 - Aponte a afirmativa correta.

- (A) Ao analisar o auto de prisão em flagrante, sempre que o juiz deparar com todas as formalidades observadas, deverá proceder à sua homologação, e, diante da ausência de requisitos para o conduzido permanecer preso, determinar o relaxamento de sua prisão.
- (B) Ao analisar o auto de prisão em flagrante, sempre que o juiz deparar com a não observância de alguma formalidade, deverá proceder à sua não homologação, e, diante da ausência de requisitos para o conduzido permanecer preso, determinar sua liberdade provisória.

- (C) Ao analisar o auto de prisão em flagrante, sempre que o juiz deparar com a não observância de alguma formalidade, deverá proceder à sua homologação, e, diante da ausência de requisitos para o conduzido permanecer preso, determinar sua liberdade provisória.
- (D) Ao analisar o auto de prisão em flagrante, sempre que o juiz deparar com a não observância de alguma formalidade, deverá proceder à sua homologação, e, diante da ausência de requisitos para o conduzido permanecer preso, determinar o relaxamento de sua prisão.

93 - Aponte a afirmativa correta.

- (A) A prisão preventiva poderá ser decretada, tanto na fase de investigação como na fase processual, de ofício pelo juiz ou a requerimento do Ministério Público, do querelante, do assistente ou por representação da autoridade policial.
- (B) Durante a fase processual, a prisão preventiva poderá ser decretada de ofício pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou por representação da autoridade policial.
- (C) Durante a fase de investigação, a prisão preventiva poderá ser decretada a requerimento do Ministério Público, do querelante, do assistente ou por representação da autoridade policial.
- (D) Durante a fase de investigação, a prisão preventiva poderá ser decretada a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou por representação da autoridade policial.

94 - Aponte a afirmativa correta.

- (A) A liberdade provisória admite, como únicas condições para sua concessão, o préstimo de fiança e os compromissos de não se ausentar do distrito da culpa e comparecer a todos os atos processuais.
- (B) A liberdade provisória admite, como condição para sua concessão, a proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante.
- (C) A liberdade provisória não admite, como condição para sua concessão, a proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante.
- (D) A liberdade provisória não admite, como condição para sua concessão, a suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais.

95 - Aponte a afirmativa correta.

- (A) Nos processos de competência do juízo comum, o sistema de apreciação de prova adotado pelo direito brasileiro é o da livre apreciação motivada, admitindo-se a incidência, a título de exceção, do sistema da prova legal ou tarifada.
- (B) Nos processos de competência do juízo comum, o sistema de apreciação de prova adotado pelo direito brasileiro é o da íntima convicção motivada, admitindo, como exceção, a incidência do sistema do livre convencimento.
- (C) Nos processos de competência do tribunal do júri, o sistema de apreciação de prova adotado pelo direito brasileiro é o da livre apreciação motivada, não se admitindo qualquer exceção a ele.
- (D) Nos processos de competência do juízo comum, o sistema de apreciação de prova adotado pelo direito brasileiro é o da livre apreciação motivada, não se admitindo qualquer exceção a ele.

96 - Aponte a afirmativa correta.

- (A) De modo a preservar a imparcialidade do julgador, sempre que o juiz conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível, ele não poderá proferir a sentença ou acórdão.
- (B) Mesmo que o juiz venha a conhecer o conteúdo da prova declarada inadmissível, a legislação nacional não prevê qualquer regra que determine seu impedimento de seguir atuando no processo.
- (C) De modo a preservar a imparcialidade do julgador, sempre que o juiz conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível, ele não poderá proferir a sentença ou acórdão, podendo, no entanto, seguir colhendo a prova oral a ser produzida.
- (D) Mesmo que o juiz venha a conhecer o conteúdo da prova declarada inadmissível, poderá ele proferir sentença ou acórdão, desde que a parte interessada não faça uso de exceção de impedimento, sob a invocação da perda de sua imparcialidade decorrente daquele conhecimento.

CONHECIMENTOS GERAIS

97 – A “primavera árabe” é um movimento que eclodiu de 2010 a 2012 como uma onda revolucionária de manifestações e de protestos. Sobre ela, assinale a alternativa **incorreta**. A Primavera Árabe

- (A) gerou guerra civil na Líbia e protestos menores no Líbano e no Marrocos.
- (B) gerou revoluções na Tunísia e no Egito.
- (C) gerou grandes protestos na Argélia, Bahrein, Iraque, Jordânia e outros.
- (D) só ocorreu no Oriente Médio.

98 – Observe os seguintes versos:

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra

Os versos acima pertencem a um dos maiores poetas da língua portuguesa. Esse poeta é

- (A) Carlos Drummond de Andrade.
- (B) Osvald de Andrade.
- (C) Menotti del Picchia.
- (D) Manuel Bandeira.

99 – Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O domínio da Bolívia no Acre iniciou-se, efetivamente, com a chegada da Missão Paravincini.
- (B) A série de reações armadas contra a Bolívia, no Acre, inaugurou-se logo após o estabelecimento da alfândega de Puerto Alonso.
- (C) O consulado de José Paravicini durou anos e caracterizou-se por um sistema corretivo, fiscal e policial, até aquela data desconhecido para os habitantes.
- (D) Antes do estabelecimento da alfândega de Puerto Alonso, quem auferia as rendas, cobrando impostos da borracha era o Estado do Amazonas.

100 – A Sérvia, antes de ser Sérvia-Montenegro, pertencia à república

- (A) tchecoslovaca.
- (B) iugoslava.
- (C) austríaca.
- (D) romena.